



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

21 de maio 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Portal	Data: 21/05/2015
Assunto: Greve		Página: 03

A NOTÍCIA

Sem contratação

Uma mobilização de grevistas impediu ontem que fosse efetivada a contratação de 42 professores de forma temporária (ACTs) em Joinville. Os profissionais iriam substituir quem paralisou na rede estadual. Nova data deve ser marcada.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Especial

Data: 20/05/2015

Assunto: Greve

Página: 03

Notícias do Dia

Rotinas alteradas

LEONARDO THOMÉ

leonardo.thome@noticiasdoDia.com.br

@ND_online

As tardes da estudante Gabriella da Silva, 14 anos, sofreram uma alteração que vai muito além de sua vontade. A rotina da mãe, a costureira Bernardete da Silva, 45, também. Ao lado de milhares de pessoas, mãe e filha tiveram suas vidas impactadas pelas greves que envolvem serviços essenciais à população de Florianópolis e região, como saúde e educação.

Desde março, em diferentes momentos, a rede estadual de ensino, os servidores do Judiciário e os servidores da Prefeitura de Florianópolis entraram e permanecem em greve. Nos próximos dias, o sistema de transporte coletivo da Capital também deve parar. Apesar de justificadas e previstas em lei, as greves trazem prejuízos incalculáveis para pessoas que necessitam apenas ter garantidos seus direitos básicos de cidadão.

Gabriela, por exemplo, passa as tardes assistindo à televisão e lendo livros. Esse último passatempo, no entanto, também está comprometido em função de a biblioteca do local onde estuda, a Escola Básica Municipal Anísio Teixeira, na Costeira do Pirajubaé, no Sul da Ilha, estar fechada desde o dia 14 de maio, quando os servidores municipais entraram em greve.

O Sintrasem (Sindicato dos

Trabalhadores no Serviço Público de Florianópolis) e a Prefeitura da Capital não têm ideia de quando a greve terminará. Gabriela e Bernardete sabem apenas que as férias de julho da família estão comprometidas. "É muito ruim não ter aula por causa de greve. Não se tem nada para fazer, e depois, nos meses de férias, quando é para descansar com a família, será preciso estar no colégio", desabafa a jovem.

As dificuldades da família da estudante só não são maiores porque a mãe é costureira e trabalha em casa. O que a preocupa, contudo, é a greve dos servidores municipais se estender e a filha ter o ano letivo prejudicado. "Ela é estudiosa, mas é óbvio que se a greve persistir, todos os alunos serão prejudicados", diz Bernardete.

A paralisação dos professores estaduais, que começou há quase dois meses, demonstra a dificuldade que órgãos públicos e sindicatos patronais têm em negociar com os trabalhadores. Embora o governo do Estado apresente números indicando a queda no percentual de professores em greve, a certeza é de que muitos alunos ainda estão sendo prejudicados. O mesmo acontecerá com milhares de pessoas que dependem de ônibus, caso o Sintraturb (Sindicato dos Trabalhadores) paralise o sistema a partir de sábado. "Se os ônibus pararem, vai complicar de vez", reclama a atendente Mariana Hauck, 34.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

AS GREVES

Situação de cada movimento

Professores estaduais

- Quando começou: 24 de março
- O que pedem: Anistia das faltas de 2012 a 2014 (além do abono das faltas deste ano); revogação do decreto que prejudica a progressão de carreira para os educadores com horas insuficientes devido às faltas motivadas pelas greves; reajuste de 13,01% para toda a carreira; e a não incorporação da regência de classe no novo PCS.
- Como está a negociação: Interrompida. O governo do Estado só aceita retomar o diálogo se os professores voltarem às salas de aula. Já o Sinte afirma não ser possível vislumbrar o fim da greve. O sindicato afirma que 10% das escolas estão sem aulas, enquanto o governo garante que são 6%.

Servidores do Judiciário

- Quando começou: 9 de abril
- O que pedem: Aprovação do novo plano de cargos e salários; reposição das perdas inflacionárias do vencimento e do auxílio alimentação; reajuste de 16% como antecipação do plano salarial.
- Como está a negociação: Segundo o Sinjusc (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário), 65% dos servidores estão parados. Os serviços estão parciais em 105 das 111 comarcas do Estado, de acordo com o Sinjusc. A negociação avançou nos últimos dias. O TJ-SC se comprometeu a conceder aumento de 10% de ganho real e a promessa de encaminhar em 15 dias o PCS da categoria ao Conselho de Gestão do Tribunal para estudos – caso os servidores retornem ao trabalho imediatamente.

Servidores municipais

- Quando começou: 14 de maio
- O que pedem: Reajuste de salário de 8% em relação ao IPCA; plano de carreira para o quadro civil; pagamento do piso nacional do magistério na carreira; depósito do fundo previdenciário que não está sendo cumprido; e aplicação do PCS. Em relação ao salário, a prefeitura sinalizou aumento de 6% parcelado em três vezes e a aplicação do PCS no índice de 20% – os servidores pedem 30%. A greve atinge 95% da rede de ensino, 80% da saúde e 70% da assistência social, segundo o Sintrasm.
- Como está a negociação: A prefeitura diz que se os servidores não voltarem ao serviço imediatamente não haverá mais mesa de negociação. Uma decisão do TJ considerou a greve abusiva e determinou o pagamento de multa diária de R\$ 50 mil, caso o Sintrasm descumpra a medida. O sindicato, por outro lado, afirma não ter sido notificado da decisão e garante que não retornará às atividades enquanto não for atendido em suas propostas.

Transporte coletivo

- Quando começou: Estado de greve começou na terça-feira, dia 19. Paralisações podem ocorrer a partir de sábado.
- O que pedem: Reajuste de 5% dos salários; aumento do vale-refeição; e plano de saúde que contemple acompanhamento médico aos trabalhadores. A principal reivindicação é pela manutenção dos postos de trabalho dos cobradores.
- Como está a negociação: Sem avanços. Prefeitura e Setuf propuseram ao Sintraturb que fossem retomadas as negociações sem greve.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Geral	Data: 21/05/2015
Assunto: Greve		Página: 02



CORREIO LAGEANO

Professor ACT é chamado

As Gerências Regionais de Educação de SC já chamaram 113 professores ACTs para normalizar aulas atrasadas em função da paralisação do magistério. Com a greve em 6% e diminuindo a cada dia, cada Gered está analisando a situação das unidades escolares de sua região para fazer a substituição. Cerca de 800 vagas estão abertas.

A contratação de professores foi realizada em 13 Gered. Em algumas regionais, as gerências adiaram a chamada dos professores ACTs pela promessa de retorno às aulas dos professores que já ocupam a vaga.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Raul Sartori	Data: 21/05/2015
Assunto: Greve		Página: 20



CORREIO LAGEANO

● **POBRE EDUCAÇÃO** | Espantoso. O sistema de ensino público estadual de SC não está funcionando desde o início do ano. A greve dos professores da rede estadual já dura dois meses. Há escolas em que os alunos tiveram, neste ano, apenas 20 dias de aulas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 21/05/2015
Assunto: Greve		Página: Online



SANTA CATARINA



Gerências de Educação chamam 113 professores para substituir grevistas

*De acordo com Secretaria, outras 800 pessoas podem ser contratados.
Sindicato diz que ocupar cargos de trabalhadores em greve é ilegal.*

As Gerências Regionais de Educação (Gered) chamaram 113 professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT) para substituir os professores estaduais em greve, informou a Secretaria de Estado da Educação nesta quarta-feira (20). Cada Gered analisa a situação das unidades escolares da própria região para tomar essa decisão. O sindicato diz que ocupar os cargos dos professores em greve é ilegal. Desde 24 de março os professores estão parados.

Cerca de 800 pessoas ainda podem ser contratadas para substituir os grevistas, conforme a Secretaria. Foram chamados ACTs em 13 Gered. Em Jaraguá do Sul, Norte do estado, por exemplo, foram contratados 30 profissionais.

Em alguns casos, as gerências adiaram em alguns dias a chamada dos professores pela promessa de retorno às aulas dos professores que já ocupam a vaga. Na regional de Ibirama, Vale do Itajaí, a Gerência de Educação concluiu o levantamento, mas irá aguardar o retorno dos professores até esta quinta (21).

O sindicato diz que ocupar os cargos dos professores parados é ilegal. "A lei de greve garante que o trabalhador que está em greve não poderá ser substituído por outro. E nós também já estamos usando os mecanismos que nos cabem no judiciário para poder reverter essa situação", afirmou o presidente, Luiz Carlos Vieira.

Nesta quarta (20), houve protesto em Itajaí de grevistas em frente à Gered contra a contratação de professores substitutos.

Pedido dos pais

Um grupo de pais de estudantes participou na terça (19) de uma reunião na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), em Florianópolis, com a Comissão de Educação. Eles pediram aos deputados integrantes que seja realizada uma audiência pública para discutir a greve dos professores estaduais.

Pelos números desta semana do Sinte-SC, 20% dos professores do estado estão parados. A Secretaria de Educação afirmou que a adesão tem caído nos últimos dias e que cerca de 6% dos professores estão em greve.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 21/05/2015
Assunto: Protestos		Página: Online

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - 1911 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

UNE promete protestos caso Dilma corte verbas da educação

Às vésperas de o governo federal anunciar o contingenciamento do Orçamento Geral da União deste ano, a presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Vic Barros, informou que os universitários de todas as regiões do país prometem se mobilizar nas ruas, em passeatas e protestos, caso haja cortes na área da educação.

Vic Barros disse que conversou na noite desta terça-feira (19) com a presidente Dilma Rousseff sobre a mobilização que a UNE já vem fazendo em algumas universidades, inclusive com ocupação de reitorias.

"A gente não aceita nenhum centavo a menos para educação", destacou a presidente da UNE. Segundo ela, o corte de verbas no setor vai na contramão da maior vitória da educação brasileira, que foi a vinculação dos investimentos na área ao PIB [Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas no país], chegando a 10% em dez anos.

Vic Barros afirmou que a agenda de mobilizações será intensificada nos próximos dias, visando a atrair mais estudantes e se preparar para o 54º Congresso da União Nacional dos Estudantes, em junho. "Caso haja qualquer tipo de contingenciamento na educação, nós seremos intransigentes na reivindicação de que uma medida como essa seja revogada, para que a gente consiga, em vez de reduzir a verba educacional do nosso país, ampliar a meta educacional".

Em resposta às reivindicações, Dilma Rousseff demonstrou sensibilidade na questão do financiamento da educação e disse que está estudando as possibilidades para que o setor não tenha nenhum dos seus programas comprometidos.

"Ela [Dilma] não disse se vai ter corte ou não. Ela disse que está estudando toda essa questão de como será aplicado o Orçamento aprovado para o ano de 2015 e que a educação é a prioridade na agenda dela, para que possa se assegurar que não haja prejuízos para a educação no país através do Orçamento", informou a presidente da UNE.

Além da UNE, reuniram-se com a presidente Dilma representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Do lado do



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

governo, participaram o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rossetto, o secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, e o secretário nacional da Juventude, Gabriel Medina.

Ainda segundo a presidente da UNE, Dilma disse que o governo federal vai continuar acompanhando os debates, no Congresso Nacional, sobre o projeto de reformulação dos currículos do ensino médio, assunto que é "central" em sua agenda, conforme relatou Vic.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 20/05/2015
Assunto: Greve		Página: Online



PROFESSORES E SERVIDORES DE TODO O PAÍS FAZEM GREVE OU ESTUDAM PARALISAÇÃO

Diversas categorias ameaçam entrar em paralisação em todo o Brasil nos próximos dias. Principal reivindicação é o reajuste salarial

Fonte: UOL Educação

Diversas categorias ameaçam entrar em greve em todo o Brasil nos próximos dias. Os professores e demais servidores públicos são os principais grupos em greve ou em estado de greve por reajustes salariais.

Os professores da rede estadual de pelo menos seis estados estão parados, segundo a Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), em reportagem da Agência Brasil. Os Estados são Sergipe, São Paulo, Paraná, Goiás, Santa Catarina e Pará. De maneira geral, a reivindicação dos professores é o cumprimento da Lei do Piso, que estabelece para este ano o reajuste de 13,01%.

Os professores do ensino superior também estão mobilizados: cerca de 1.400 professores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) ameaçam entrar em greve. A assembleia para decidir sobre a paralisação acontece dia 28 de maio, como informou a GazetaWeb. Os professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) também podem paralisar os trabalhos na próxima semana. Já na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), paralisada desde segunda, deve voltar às aulas na quarta-feira, 20.

Servidores

Funcionários de outras áreas do serviço público também estão ameaçando entrar ou permanecer em greve. Em Santa Catarina, as cidades de Florianópolis e Itajaí passam por intensa movimentação dos funcionários. Na primeira, o Tribunal de Justiça do Estado soltou uma liminar determinando a 'imediata cessação da greve' e a prefeitura ameaça cortar o ponto dos funcionários grevistas a partir de quarta-feira, 20. Em Itajaí, a greve começou nesta terça e a previsão é que os setores de educação e saúde sejam os mais afetados. As informações são do site G1.

Na capital gaúcha, a previsão é que os funcionários entrem em greve a partir da 0h de quarta-feira. Segundo o Sul21, a prefeitura topou reajustar o salário dos servidores em 8,17% e repor o índice da inflação em três vezes, mas o Sindicato dos Municípios de Porto Alegre já declarou que não vai aceitar o pagamento parcelado. Os servidores



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

devem realizar uma nova assembleia geral na sexta-feira e, até lá, 30% dos serviços devem continuar em operação.

Os servidores públicos do Mato Grosso e do Amazonas também analisam entrar em greve.

Em Alagoas, agentes penitenciários devem ficar paralisados por 72 horas a partir de sexta, 22. Eles reivindicam a reestruturação da carreira e da administração penitenciária. Apenas 30% dos serviços devem funcionar no período. (Nana Soares, especial para AE)



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 20/05/2015
Assunto: Pátria educadora		Página: Online



PÁTRIA EDUCADORA É PROPOSTA PRELIMINAR E DEVE SER DEBATIDA, DIZ MANGABEIRA UNGER

Proposta inclui a formação de professores, a criação de escolas experimentais e o maior uso de tecnologias; governo pretende fazer uma reforma em toda a Educação Básica

Fonte: Agência Brasil

O governo pretende fazer uma reforma em toda a educação básica brasileira. A proposta inclui a formação de professores, a criação de escolas experimentais e o maior uso de tecnologias, de acordo com o documento Pátria Educadora: A qualificação do ensino básico. Para o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Mangabeira Unger, responsável pelo estudo, a participação da sociedade civil será fundamental para que as mudanças se consolidem.

Ao ser apresentado a especialistas e parlamentares, o Pátria Educadora recebeu diversas críticas. O documento não inclui as metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) e não contou com a participação do Ministério da Educação (MEC). Além disso, propõe uma ação direta nas escolas, o que foi considerado intervenção federal.

Outros pontos controversos tratados no documento são: o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) digital, a capacitação de diretores e o afastamento daqueles que obtiverem, de forma consecutiva, baixos rendimentos na escola onde trabalham. Além disso, há a intenção de oferecer um ensino diferenciado tanto aos alunos que apresentarem maiores aptidões às disciplinas quanto àqueles que apresentarem pior rendimento.

Em meio às polêmicas com a divulgação do documento, o ministro Mangabeira Unger recebeu a equipe de reportagem da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Durante a entrevista, ele ressaltou que a "realidade do ensino básico no Brasil é calamitosa" e que o país precisa encontrar uma solução de forma urgente. Para ele, discussões sobre as diferenças entre o PNE e o Pátria Educadora não devem ser o ponto central da discussão. Ele defendeu a união de forças em prol do "enfrentamento da realidade". O ministro destacou que o documento está em fase de elaboração e que quer contar com a ajuda de especialistas e da sociedade civil para aprimorá-lo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Leia abaixo os principais trechos da entrevista:

EBC: O documento foi criticado por se distanciar do Plano Nacional de Educação (PNE) e dar prioridade a questões que não foram debatidas amplamente pela sociedade em quase quatro anos de tramitação.

Mangabeira Unger: O que está nessa proposta não é o único caminho, é um caminho, é uma interpretação do que está no Plano Nacional de Educação. Mas não tenhamos a ilusão de supor que o PNE já é um projeto de transformação, claramente não é. É um conjunto de metas, de processos e de abstrações. Tratemos da realidade. O elemento mais importante não é o contraste de propostas [entre o PNE e o Pátria Educadora] é o enfrentamento da realidade. A realidade do ensino básico no Brasil é calamitosa. No final do ensino médio, metade dos alunos não consegue ler um texto e a outra metade que consegue ler um texto tem dificuldade em entendê-lo. Se ficarmos nisto, com uma população que não consegue lidar com a palavra escrita, que não consegue destrinchar o pensamento analiticamente, vamos ficar condenados a exportar soja e minério de ferro por toda a vida. É esta a realidade, é este o problema. Não sou eu que estou trazendo esse problema ao propor soluções controvertidas, o problema está diante de nós.

EBC: O PNE estabelece a regulamentação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), verifica quais são as necessidades da escola, incluindo salários, infraestrutura e outros aspectos, e estabelece quanto é necessário de investimento para garantir isso. No documento [Pátria Educadora] nada vai diretamente ao encontro do CAQ. O governo pretende acelerar a regulamentação do CAQ para que o PNE funcione?

Mangabeira: O CAQ é um critério muito útil, mas talvez não deva ser o único. Talvez, devemos levar em conta critérios múltiplos. Estamos abertos. Esse documento preliminar tem o objetivo de provocar uma discussão nacional.

EBC: O documento trata da cooperação federativa, como será essa cooperação?

Mangabeira: A cooperação federativa é a primeira preocupação dessa proposta. Precisamos de mecanismos de redistribuição dentro da federação. Redistribuição de recursos, de lugares mais ricos para os lugares mais pobres. O Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] é levemente redistribuído porque assegura o mínimo, ele procura levantar os estados mais carentes àquele mínimo. A proposta sugere que há diferentes maneiras de alcançar esse objetivo. Uma maneira seria aumentar o sentido redistribuidor do Fundeb. Outra maneira seria financiar medidas de redistribuição com base no FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação]. E a terceira maneira seria criar um terceiro fundo. Todas essas opções estão abertas.

EBC: Pátria Educadora fala de uma Prova Nacional Docente. Do que se trata essa avaliação? Há o risco de se criar uma espécie de Enem para os professores e fazer com que as faculdades corram atrás apenas do que é cobrado nessa avaliação?

Mangabeira: Não há isso no documento. Há a ideia de uma prova como há em outras profissões, advogados, médicos. Uma prova que inclusive ajudaria a facilitar a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

mobilidade dos professores dentro da federação. Mas uma coisa deve ficar clara, o Estado não deve financiar a formação de professores em instituições privadas com o objetivo de lucro indefinidamente. Aquele financiamento tem que estar condicionado a critérios de desempenho e de qualidade. [A avaliação] Não é para os docentes é para as instituições que formam esses docentes. Essa prova é um instrumento poderoso para influenciar na formação do professores.

EBC: Após o debate com especialistas e parlamentares, o que a SAE considera que pode mudar no documento?

Mangabeira: Estamos apenas nas etapas iniciais desse debate. Há muitos mal entendidos que já ficaram patentes nesse primeiro momento de discussão. Vou dar um exemplo. Na cooperação federativa, um dos pontos cruciais é: o que fazer quando uma rede escolar local caia repetidamente abaixo do patamar mínimo aceitável de qualidade? A qualidade da educação que uma criança recebe não pode depender do atraso do lugar onde ela nasce. Se a educação numa escola não alcança o patamar mínimo, precisamos consertar. Consertar como? Juntando recursos dos três níveis da federação para apoiar aquela rede, mas se o apoio não é suficiente tem que haver no final um resgate. Os três níveis se juntam em órgãos conjuntos que assumiriam aquela escola temporariamente, mobilizariam recursos adicionais, consertariam o que é defeituoso e no final devolveriam aquela escola para a rede. Isso não é intervenção federal. Isso é uma ação transfederal, ação cooperativa dentro da federação para assegurar o direito da criança. O direito da criança se sobrepõe às prerrogativas do diretor local.

EBC: Por que a presidenta fez essa solicitação à SAE e não ao MEC?

Mangabeira: Em cada momento eu trabalhei com o Ministério da Educação conjuntamente. Isso é uma construção comum. Eu creio que a razão mais importante para a presidenta ter atribuído essa função a Assuntos Estratégicos é que ela que quer conduzir o processo. Assuntos Estratégicos é sempre assessoria e braço da presidência. Formalmente faz parte da presidência.

EBC: O governo pretende aplicar o que foi apresentado no Pátria Educadora?

Mangabeira: Nós não estamos comprometidos com essas ideias preliminares. A Pátria Educadora é o projeto prioritário do governo, o seu conteúdo é que está sendo debatido e esse documento propõe um debate do conteúdo ao apresentar ideias preliminares.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 20/05/2015
Assunto: Ensino religioso		Página: Online



STF DEFINE PALESTRANTES PARA AUDIÊNCIA SOBRE ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS

Estudo está previsto Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Fonte: UOL Educação

O Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou hoje (19) a lista de participantes da audiência pública convocada para debater o ensino religioso nas escolas públicas. De acordo com o cronograma, são 31 entidades habilitadas para participar das exposições, que serão realizadas no dia 15 de junho, às 9h, com transmissão ao vivo pela TV e Rádio Justiça.

Entre as instituições religiosas que participarão da audiência pública, os destaques são a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Federação Espírita Brasileira (FEB), Confederação Israelita do Brasil (CONIB), Sociedade Budista do Brasil (SBB) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

A audiência foi convocada pelo ministro Luís Roberto Barroso, relator da ação direta de inconstitucionalidade (Adin), na qual a Procuradoria-Geral da República pede que a Corte reconheça que o ensino religioso é de natureza não confessional, com a proibição de admissão de professores que atuem como "representantes de confissões religiosas".

A ação da Procuradoria da República foi proposta em 2010 pela então vice-procuradora Débora Duprat. Segundo entendimento da procuradoria, o ensino religioso só pode ser oferecido se o conteúdo programático da disciplina consistir na exposição "das doutrinas, práticas, histórias e dimensão social das diferentes religiões", sem que o professor tome partido.

Para a procuradora, o ensino religioso no país aponta para a adoção do "ensino da religião católica" e de outros credos, fato que afronta o princípio constitucional da laicidade.

O ensino religioso está previsto Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Decreto (7.107/2010), acordo assinado entre o Brasil e Vaticano para ensino da matéria.